

HABEAS CORPUS Nº 532.746 - RS (2019/0271830-9)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RICARDO MARQUES BORBA - RS017316
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : GEAN PABLO RAMBO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial impetrado em favor de GEAN PABLO RAMBO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no Agravo de Execução Penal n. 0194425-56.2019.8.21.7000.

Consta dos autos que o Juízo da execução concedeu ao paciente o benefício do livramento condicional por considerar que os requisitos legais foram preenchidos (e-STJ fls. 84-85).

Inconformado, o Ministério Público interpôs agravo em execução ao qual o Tribunal de origem deu provimento para revogar a decisão concessiva do livramento condicional (e-STJ fls. 190-196).

No presente *writ*, a parte impetrante alega, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal na execução da pena imposta ao paciente, pois afirma que o sentenciado preenche os requisitos exigidos para o deferimento do benefício.

Tece considerações acerca do requisito temporal exigido para o livramento condicional e afirma que “*quando há mais de uma condenação, como nos autos, à luz do princípio da proporcionalidade, imperioso faz-se conceder tratamento diferenciado ao apenado, determinando-lhe o cumprimento de lapso temporal mais gravoso, tão somente, quanto ao delito em que reconhecida a reincidência, mantendo-se a exigência do decurso de lapso temporal simples, de um terço, quanto ao delito em que ainda primário*” (e-STJ fl. 5).

Assevera que o paciente já cumpriu o lapso temporal exigido para o benefício, e prossegue “*uma vez que o requisito objetivo para o livramento condicional deve observar o lapso de um terço para as penas em execução de condenações que o apenado foi reconhecido como primário e de metade na condenação em que foi reconhecida a reincidência, descabe que o lapso de metade seja exigido do total da pena a cumprir, pois significa violação à coisa julgada e à individualização da pena, descabendo a modificação para pior do título executivo na execução penal*” (e-STJ fl. 5).

Requer, ao final, a concessão da ordem de *habeas corpus* para que seja restabelecida a decisão de primeira grau que concedeu ao reeducando o livramento condicional.

A liminar foi indeferida (e-STJ fls. 202-203).

As informações foram prestadas (e-STJ fls. 207-227 e 237-240).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *habeas corpus* (e-STJ fls. 242-247).

É o relatório.

Inicialmente, cumpre atestar a inadequação da via eleita para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, nos termos do art. 105, inciso III, da Constituição Federal, circunstância que impede o seu formal conhecimento, conforme entendimento pacífico no âmbito desta Corte Superior de Justiça.

O alegado constrangimento ilegal, entretanto, será analisado para a verificação da eventual possibilidade de atuação *ex officio*, nos termos do art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

Ao analisar o agravo em execução interposto pelo *Parquet* estadual, o Tribunal de origem cassou o benefício do livramento condicional deferido ao sentenciado, em razão da ausência do requisito **subjeto**, com amparo na seguinte fundamentação (e-STJ fls. 211-213):

Na espécie, o requisito temporal foi plenamente atingido, sobre o que não há controvérsia.

Quanto ao requisito subjetivo, conquanto o Atestado de Conduta Carcerária demonstre que a conduta do apenado tem sido plenamente satisfatória, o mesmo não se infere do seu histórico prisional.

Isso porque o apenado obteve, em 18/12/2017, o benefício da prisão domiciliar e, durante o cumprimento da pena em regime mais brando, ele teria cometido novo delito de roubo, que teria ocorrido em 24/04/2018, demonstrando despreparo para o retorno ao convívio social.

Além disso, a falta grave consubstanciada no cometimento do novo delito sequer foi apreciada, o que também desautoriza a concessão do livramento condicional, última etapa do processo de ressocialização.

[...]

Destarte, não tendo o apenado implementado o requisito subjetivo para a obtenção do livramento condicional, a revogação da decisão que concedeu o benefício é medida que se impõe (sem grifos no original).

Da leitura dos excertos supratranscritos, nota-se que os fundamentos do *writ* estão dissociados do que foi decidido no acórdão impugnado, porquanto o benefício executório foi cassado com fundamento na ausência de requisito subjetivo, e não do requisito objetivo (temporal), em relação ao qual não há controvérsia.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, entretanto, e examinando, de ofício, os fundamentos do acórdão, é cediço que o art. 112 da Lei de Execução Penal dispõe que para que o reeducando faça jus ao livramento condicional, é necessário o preenchimento

dos requisitos objetivo e subjetivo.

No que concerne ao requisito subjetivo, de acordo com o aludido dispositivo legal, esse é aferido através de atestado de bom comportamento carcerário expedido pelo diretor do estabelecimento no qual o condenado cumpre sua sanção privativa de liberdade.

No entanto, não é vedado ao magistrado o indeferimento do benefício quando, a despeito do reeducando apresentar bom comportamento carcerário certificado pelo diretor do estabelecimento prisional em que esteja cumprindo pena, entender não preenchido o requisito subjetivo, desde que aponte peculiaridades da situação fática que demonstrem a ausência de mérito do condenado, como no caso.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL INDEFERIDA. REQUISITO SUBJETIVO NÃO IMPLEMENTADO. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. CONTURBADO HISTÓRICO PRISIONAL DO PACIENTE. PRÁTICA DE NOVO DELITO ENQUANTO USUFRUÍA DE LIVRAMENTO CONDICIONAL. PRÁTICA DE FALTA GRAVE. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Esta Corte Superior pacificou o entendimento segundo o qual, ainda que haja atestado de boa conduta carcerária, a análise desfavorável do mérito do condenado feita pelo Juízo das execuções, com base nas peculiaridades do caso concreto e levando em consideração fatos ocorridos durante a execução penal, justifica o indeferimento do pleito de progressão de regime prisional pelo inadimplemento do requisito subjetivo. Precedentes. No caso dos autos, o pedido de progressão de regime foi indeferido pela ausência do requisito subjetivo, tendo sido levado em consideração, além do parecer psicológico desfavorável, o conturbado histórico prisional do apenado, destacando o fato de o paciente ter se envolvido em novo delito no curso da execução penal, pois, enquanto usufruía de livramento condicional, foi condenado, com decisão transitada em julgado, por delito de tráfico de drogas, e, ainda, cometeu falta grave, a qual está sendo apurada na origem, já tendo sido realizada audiência de justificação, estando a fundamentação em perfeita harmonia com a jurisprudência deste Tribunal Superior. Assim, evidenciada a idoneidade da fundamentação utilizada na origem, não há que se falar em flagrante ilegalidade que justifique a concessão da ordem de ofício.

[...]

4. Habeas corpus não conhecido.

(HC 468.765/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 18/12/2018; sem grifos no original.)

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO AO

REGIME SEMIABERTO DEFERIDA EM PRIMEIRO GRAU E CASSADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM POR AUSÊNCIA DE REQUISITO SUBJETIVO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. WRIT DENEGADO.

1. *É firme a jurisprudência desta Corte de que a análise desfavorável do mérito do condenado feita pelo Juízo da execução, com base nas peculiaridades do caso concreto e levando em consideração fatos ocorridos durante a execução penal, justifica o indeferimento do pleito de progressão de regime prisional pelo inadimplemento do requisito subjetivo.*

2. *No caso, a benesse foi cassada pelo Tribunal de origem em razão da ausência do requisito subjetivo do paciente, invocando elementos concretos dos autos, levando em consideração - além da gravidade das condutas e da longa pena a cumprir - o registro de 7 (sete) faltas disciplinares (2 médias e 5 graves) e o resultado desfavorável do exame criminológico, cujos apontamentos permitem concluir que o paciente não estaria apto a progredir de regime.*

[...]

4. *Ordem denegada.*

(HC 464.771/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/12/2018; sem grifos no original.)

Na hipótese concreta, a Corte de origem reputando ausente o requisito subjetivo, deu provimento ao agravo em execução do Ministério Público estadual para revogar o livramento condicional outrora concedido ao reeducando.

Destaque-se que o Tribunal local entendeu, dentro de sua discricionariedade, que o agravante cometeu falta grave ainda pendente de apreciação, consistente na prática de novo crime em 24/4/2018, enquanto cumpria pena em prisão domiciliar.

Para o deferimento do livramento condicional exige-se que o condenado tenha comportamento satisfatório durante a execução da pena, o que, salienta-se, refere-se à execução de toda a reprimenda, e não só ao período mais recente.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que a prática de falta disciplinar grave, muito embora não interrompa a contagem do prazo para fins de livramento condicional (Súmula n. 441), impede a concessão do aludido benefício por evidenciar a ausência do requisito subjetivo relativo ao comportamento satisfatório durante o resgate da pena, nos termos do que exige o art. 83, inciso III, do Código Penal.

É importante registrar que o citado dispositivo legal não determina um período específico de aferição do requisito subjetivo, logo, o bom comportamento carcerário deve ser analisado em todo o tempo de execução da pena.

A propósito, confirmam-se os seguintes julgados de ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção deste Sodalício:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. FALTA GRAVE. FUGAS DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL.

REQUISITO SUBJETIVO. NÃO CUMPRIMENTO. SUMULA N. 568/STJ. INCIDÊNCIA MANTIDA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Segundo a jurisprudência desta Corte de Justiça, a prática de falta grave pelo apenado no curso da execução penal - no caso, fugas do estabelecimento prisional - constitui motivo suficiente para denegar o livramento condicional, por ausência do preenchimento do requisito subjetivo previsto no art. 83 do Código Penal.

2. Incidência da Súmula 568/STJ: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 1469080/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 03/06/2019; sem grifos no original.)

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. INDEFERIMENTO. AUSÊNCIA DE REQUISITO SUBJETIVO. FALTA GRAVE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DENEGADA.

1. O indeferimento do benefício do livramento condicional está devidamente fundamentado pela ausência do requisito subjetivo previsto no art. 83, inciso III, do Código Penal. Precedentes.

2. No caso, assentou-se que o Paciente empreendeu fuga da Cadeia Pública local em 30/01/2017 e 31/12/2017, fatos que revelam sua inaptidão ao livramento condicional.

3. Ordem denegada.

(HC 468.874/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 01/02/2019; sem grifos no original.)

Dessarte, constata-se que o Tribunal local, ao decidir pela impossibilidade concessão do livramento condicional ao apenado em razão da ausência do requisito subjetivo – prática de novo crime durante o gozo de prisão domiciliar, não contrariou a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça sobre o tema.

Por fim, importante salientar que a desconstituição do aresto que considerou não adimplido o requisito subjetivo pelo paciente para fins de livramento condicional demandaria o exame aprofundado do conjunto probatório produzido no feito, providência que é inadmissível na via eleita do *habeas corpus*, diante dos seus estreitos limites cognitivos.

Confiram-se:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL INDEFERIDA. REQUISITO SUBJETIVO NÃO IMPLEMENTADO. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. CONTURBADO HISTÓRICO PRISIONAL DO PACIENTE. PRÁTICA DE NOVO DELITO ENQUANTO USUFRUÍA DE LIVRAMENTO CONDICIONAL. PRÁTICA DE

FALTA GRAVE. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Esta Corte Superior pacificou o entendimento segundo o qual, ainda que haja atestado de boa conduta carcerária, a análise desfavorável do mérito do condenado feita pelo Juízo das execuções, com base nas peculiaridades do caso concreto e levando em consideração fatos ocorridos durante a execução penal, justifica o indeferimento do pleito de progressão de regime prisional pelo inadimplemento do requisito subjetivo. *Precedentes.*

[...]

3. Além disso, para se modificar os fundamentos utilizados pelas instâncias ordinárias quanto ao preenchimento do requisito subjetivo do paciente, mostra-se necessário o reexame de matéria fático-probatória, providência inadmissível na via estreita do habeas corpus.

4. Habeas corpus não conhecido.

(HC 468.765/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 18/12/2018; sem grifos no original.)

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO DEFERIDA EM PRIMEIRO GRAU E CASSADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM POR AUSÊNCIA DE REQUISITO SUBJETIVO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. WRIT DENEGADO.

1. É firme a jurisprudência desta Corte de que a análise desfavorável do mérito do condenado feita pelo Juízo da execução, com base nas peculiaridades do caso concreto e levando em consideração fatos ocorridos durante a execução penal, justifica o indeferimento do pleito de progressão de regime prisional pelo inadimplemento do requisito subjetivo.

2. No caso, a benesse foi cassada pelo Tribunal de origem em razão da ausência do requisito subjetivo do paciente, invocando elementos concretos dos autos, levando em consideração - além da gravidade das condutas e da longa pena a cumprir - o registro de 7 (sete) faltas disciplinares (2 médias e 5 graves) e o resultado desfavorável do exame criminológico, cujos apontamentos permitem concluir que o paciente não estaria apto a progredir de regime.

3. Ressalte-se, ainda, que o afastamento dos fundamentos utilizados pelo Tribunal a quo quanto ao mérito subjetivo do paciente demandaria o reexame de matéria fático-probatória, providência inadmissível na via estreita do habeas corpus.

4. Ordem denegada.

(HC 464.771/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/12/2018; sem grifos no original.)

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, por se afigurar manifestamente incabível, com fundamento no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal, **não se conhece do *habeas corpus*.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator